

POVOS INDÍGENAS NO VALE DO RIO BRANCO/ RORAIMA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII: A CONSTRUÇÃO DE UMA REPRESENTAÇÃO

INDIGENOUS PEOPLES IN THE RIO BRANCO VALLEY/RORAIMA IN THE SECOND HALF OF THE XVIII CENTURY: THE CONSTRUCTION OF A REPRESENTATION

Maria Luiza Fernandes¹

RESUMO: Os povos indígenas tiveram uma importância ímpar na consolidação do projeto colonizador português na região do vale do rio Branco, atual estado de Roraima. Não obstante, como foram representados na documentação portuguesa do século XVIII, momento em que se intensificou a presença luso-brasileira e o projeto colonizador na região? Valendo-me de uma ampla documentação apresento alguns pontos que podem ser percebidos como contradições a essa representação, como os inúmeros epítetos a que foram designados sem, contudo, perceber contradição no projeto implementado, esse sim incontestável: o de transformar esses indígenas em súditos portugueses para garantir a posse de suas terras. A construção de uma representação se deu nesse contexto de disputas e deixou resquícios que ainda podem ser percebidos nesse espaço.

PALAVRAS-CHAVE: indígenas; rio Branco; representação.

ABSTRACT: Indigenous peoples have been of unparalleled importance to the consolidation of the Portuguese colonizing project in the region of the Rio Branco valley, currently the state of Roraima. Notwithstanding, how were they represented in the Portuguese documentation of the eighteenth century, when the Luso-Brazilian presence and the colonizing project in the region were intensified? Using extensive documentation, I present the contradictions of such representation, such as the contradiction among the many epithets to which they were assigned without, however, perceiving contradiction in the implemented project per se, that of transforming these indigenous people into Portuguese subjects in order to warrant the possession of their lands. The construction of a representation took place in this context of disputes and left traces that can still be perceived, especially in spaces where the indigenous presence is remarkable.

KEYWORDS: indigenous; Branco river; representation.

*Trabalho decorrente de pesquisa realizada no estágio de pós-doutoramento. Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal, entre 2017 e 2018.

¹ Doutora em História (USP). Estágio de Pós-doutorado na Universidade de Lisboa. Professora do curso de História, do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras e do Mestrado Profissional em História da UFRR.

Introdução

Ao serem perguntadas sobre os povos indígenas no Brasil, quais são as representações utilizadas pelas pessoas para expor sua visão sobre eles? O que sabem, o que pensam sobre tais povos? Em pesquisa publicada no ano de 2013 com o título *Indígenas no Brasil: demandas dos povos e percepção da opinião pública* (VENTURI; BOKANY, 2013), a Fundação Perseu Abramo apresentou uma série de dados a esse respeito. O que interessa aos objetivos desse texto é que ainda existe um grande desconhecimento e, de igual modo, também grande preconceito para com essa população. De acordo com a pesquisa, a ideia de “selvagem” aparece para 28% dos entrevistados, quando responderam que concordam totalmente (13%) ou concordam em parte (15%) que “os índios são selvagens, querem resolver tudo a força”. A concepção de “preguiça” aparece para outros 21%, que responderam que concordam totalmente (10%) ou concordam em parte (11%) que “a maioria dos índios é pobre porque não gosta de trabalhar”. De modo que não se caracteriza uma grande surpresa que 5% afirmem que “índio bom é índio morto”. Aliás, essa frase era muito repetida em Roraima ainda na década de 1990, em todos os ambientes, inclusive em salas de aulas, o que nos leva a concordar com Lima e Castilho quando levantam algumas questões sobre esse tipo de pesquisa ao enfatizarem que as mesmas “são indiciáticas no sentido de que as amostras, ainda que expressivas, são em geral construídas a partir de respostas falseadoras, sobretudo quando se trata de afirmativas violentas e contraditórias às leis” (LIMA; CASTILHO, 2013: 67). Ou seja, esse percentual pode ser bem maior.

A construção desses estereótipos e preconceitos remonta a longa data e, nesse artigo, pretendo apresentar algumas considerações sobre essas representações. Busco na documentação administrativa portuguesa do século XVIII, momento em que teve início uma atuação mais intensa de não indígenas no espaço do vale do rio Branco, atual estado de Roraima, alguns aportes para

essa problemática, ainda tão atual no Brasil e mais fortemente sentida em espaços onde a presença indígena se faz marcante².

Ainda com relação a pesquisa citada, afirmam Lima e Castilho sobre o fato de, adentrado ao século XXI, termos esses estereótipos em nosso país demonstrando, assim, “uma grande desinformação e a força do preconceito” (LIMA; CASTILHO, 2013: 68). Todos nós que vivemos em ambientes com forte presença de indígenas e dos consequentes conflitos pela terra, podemos confirmar essa afirmação. Na referida pesquisa, os índices de preconceito na região Norte são maiores que nas demais, por exemplo.

Muito embora também sejam perceptíveis as mudanças. Mudanças essas sentidas igualmente na historiografia visto que, na atualidade dispomos de uma produção mais sistemática sobre os povos indígenas no Brasil que tem dado conta de muitas variáveis, inclusive a que importa mais detidamente nesse texto, ao modo como os indígenas foram sendo representados e, por conseguinte, definidos, na literatura. No entanto, apesar do volume dessa produção, aspectos diversos dessa “descrição” carecem de ser melhor aprofundados para serem devidamente compreendidos, em que pese alguma mudança entre a “resistência dos historiadores ao tema” (MONTEIRO, 2001: 2) e os avanços citados em recente artigo escrito por Almeida (2017).

Assim sendo, nesse texto proponho abordar a questão da representação desses povos com foco em um recorte espacial ao qual ainda não foi dada a devida atenção pela historiografia³: à região compreendida nas fontes coloniais como vale do rio Branco e que, geograficamente, corresponde ao atual estado de Roraima. Para tanto, o enfoque da análise será direcionado para as relações administrativas, com ênfase na documentação portuguesa produzida no último quartel do século XVIII, quando o “contato” se deu com maior intensidade.

² No atual estado de Roraima tem-se uma população indígena declarada de 49.637 (IBGE, 2010), perfazendo pouco mais de 11% da população total, um dos percentuais mais expressivos do país. As terras indígenas demarcadas e homologadas, juntamente com os parques nacionais, somam 46% do território roraimense, onde vivem os seguintes povos: Macuxi, Wapichana, Yanomami, Ye'cuana, Ingaricó, Taurepang, Patamona, Saporá, Wai-Wai e Waimiri-Atroari.

³ Em que pese a seminal e inspiradora pesquisa de Nádya Farage em sua dissertação de mestrado (1986) e posterior publicação em livro (1991) que se constitui de suma importância para a compreensão da história da colonização e dos povos indígenas no vale do rio Branco/RR.

Com o fim de investigar como a documentação portuguesa representava os povos indígenas por meio de ordens, relatos, cartas e de narrativas de viagens, enfocarei as contradições, a meu ver, apenas aparentes, que foram surgindo ao longo desse “contato”. Aqui estou corroborando o proposto por Chartier (1990), na tentativa de “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990: 16-17). Entendendo, ainda de acordo com o mesmo autor, que as representações são sempre construídas, “determinadas pelos interesses de grupos que as forjam” (CHARTIER, 1990: 17), pretendo compreender a construção desse discurso que tem como sujeitos os indígenas no rio Branco e que, em muitos casos, perdurou até o nosso presente século.

Antes disso, porém, parece necessário fazer um breve parêntese para a contextualização, lembrando que a região compreendida pelo atual estado de Roraima foi tardiamente acessada pelos portugueses. Segundo Nádia Farage (1991), existe a possibilidade de esse espaço ter sido visitado por tropas de resgate ainda no século XVII; no entanto, tais incursões não eram contínuas e não caracterizavam um processo de posse e permanência de portugueses na região. Mais tarde, no começo do século XVIII, o vale do rio Branco passou a receber um contingente mais significativo das tropas de resgate, bem como começou a merecer uma maior preocupação administrativa, como prova a existência de uma documentação um pouco mais expressiva.

A construção de uma representação

A presença portuguesa realmente como marcação de posse e construção de feitoria na região do vale do rio Branco somente iria ocorrer no último quartel do século XVIII quando, em 1775, teve início a construção do forte São Joaquim; na sequência desse evento, ocorreram as primeiras tentativas de aldeamento. Datam também desse período as viagens que funcionários da Coroa começaram a empreender a esse espaço, feitas no contexto das Comissões Demarcadoras de Fronteiras; a consequência foi o aumento da

produção de documentos, como se pode perceber nos registros disponíveis no Projeto Resgate do Arquivo Histórico Ultramarino.

Foi sobre essa documentação que me dediquei para a escrita desse texto e foi a partir dela que pude perceber como os povos indígenas contatados passaram a ser descritos. Todos que estiveram pela região naquele momento deixaram suas impressões acerca dessa questão. Uns em menor grau, apenas fazendo breves referências, como os textos de Ricardo Franco Almeida Serra e Antonio Pires da Silva Pontes (1841); outros se debruçando com maior vagar, com o caso dos textos de Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (1907), Alexandre Rodrigues Ferreira (1972; 1994a; 1994b; 2007) e Manuel da Gama Lobo de Almada (1861).

Há, ainda, a disposição uma documentação administrativa mais direta (visto que esses relatos de viagens também tinham um cunho administrativo), como as cartas, ofícios, ordens régias, relações etc. de vários acervos como os do Arquivo Histórico Ultramarino, da Academia de Ciências de Lisboa e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, além dos Anexos da Primeira Memória de Nabuco (1993). Em alguns documentos a questão aparece com bastante brevidade, enquanto em outros, de maior fôlego, contém longas descrições.

De modo geral, o termo “contradição” talvez seja o que melhor defina o caráter das representações sobre os povos indígenas na documentação pesquisada. Empregando dois epítetos recorrentes na literatura, e já citados por Farage (1991), pode-se dizer um tanto ambigualmente que os indígenas foram ora definidos como as “*muralhas dos sertões*”, ora como “*inúteis comedores*”; esses extremos foram permeados, todavia, por vários outros epítetos, como buscarei demonstrar adiante.

Na documentação, fica clara a importância que os povos indígenas possuíam para as pretensões portuguesas, amplamente trabalhada pela historiografia (ALMEIDA, 1990; FARAGE, 1991; DOMINGUES, 2000; MONTEIRO, 2001), não apenas como mão de obra, embora essa fosse uma razão importante, mas também como consolidadores da presença portuguesa em um espaço incerto, que poderia ser requisitado por outras nações europeias,

notadamente pela Espanha. Estamos entre a vigência do Tratado de Madri (1750) e o de Santo Ildefonso (1777), e a necessária demarcação das fronteiras.

Portugal e Espanha reivindicavam, então, a posse dessa região e, conforme os tratados, a posse seria de quem efetivamente a ocupasse. Alerta-se, entretanto, para o fato de que o que se entendia então por "ocupação" tinha sentido bastante vago e incerto, uma vez que podia se efetivar tanto com a instalação de uma simples feitoria e a construção de uma vila, quanto com possibilidades mais abstratas: uso da pastagem, coleta de especiarias, viagens empreendidas, dentre outros cenários; passando pela vassalagem dos povos que ali habitavam (DOMINGUES, 1992; HERZOG, 2018).

É nesse contexto que aldear, catequizar, manter relação mais estreita com os povos indígenas da região tornava-se imperativo, uma vez que a posse efetiva da terra dependia desse imperativo (FARAGE, 1991). De igual modo, Herzog afirma que os europeus “ligavam a conversão e a assinatura de tratados a reivindicações territoriais, e defendiam que a evangelização e as alianças não só transformavam os povos indígenas em cristãos e súbditos como serviam para a apropriação de suas terras” (HERZOG, 2018: 371).

Fato é que desde muito cedo a aproximação aos indígenas, seja pensando em parcerias, seja em sujeição, esteve na preocupação dos colonizadores, que demonstravam precaução com o tratamento dispensado a estes. Isso fica evidente, por exemplo, no Parecer do Conselho Ultramarino, datado de 1695, que recomendava “para que os Índios daquelas partes se pratiquem por Missionários Portugueses (...) porque os gentios eram as **muralhas dos Sertões**”⁴, e na carta régia de 1710, que recomendava “*cuidado*” no trato com os indígenas “pois a falta de tudo isto é ocasião de eles se ausentarem para o mato fugindo das Aldeias, por evitarem as perseguições, que lhes fazem os brancos, com o que perdem a Religião, e **Eu os vassalos, e**

⁴ Parecer do Conselho ultramarino sobre a carta de Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho de 9 de Julho. 20 de Dezembro de 1695. (NABUCO, 1903: 13) (grifo meu). Todas as fontes documentais tiveram a grafia atualizada e corrigida.

habitadores das minhas terras”⁵. Eis o fundamento da administração portuguesa no que concerne a abordagem conferida aos povos indígenas.

De igual modo, a documentação que remete à região específica do rio Branco também apresenta as mesmas premissas, dando aos povos indígenas importância ímpar no jogo das estratégias portuguesas de posse da região. É assim que foram mencionados nas inúmeras trocas de cartas entre os funcionários régios. Como também foi essa a preocupação manifesta e repassada pelas instruções para outros tantos funcionários que se deslocaram à região a partir da década de 1770.

De maneira que as referências sobre esses povos foram uma constante na documentação. E, ao analisar esses documentos depara-se, então, com as contradições já bastante exploradas entre o índio “bom” e o índio “mau” (ou índios mansos e índios bravos, mais específicos na documentação), complexidade que se estende ao “papel” que se esperava desses povos frente à expansão colonial portuguesa. Nota-se, então, a construção de uma ideia que tão pouco dependia do que fizessem ou deixassem de fazer tais povos, senão de quem os representava.

Para o espaço específico dessa pesquisa, a importância cresceu quando Portugal tomou conhecimento da presença espanhola na região e passou, então, a ter uma preocupação mais efetiva e urgente, não apenas ficando nas ordens que não foram adiante, como a recebida por Mendonça Furtado para mandar construir, “*sem dilação alguma*”, um forte na região ainda no ano de 1752⁶.

O início da construção do forte, em 1775, vem no bojo da preocupação com a presença espanhola e da necessidade de “defenestrá-los” da região. Aliás, segundo Herzog, questão recorrente nesses casos, pois, “a chegada de uma potência normalmente provocava a chegada de outra, levando assim a uma concorrência sobre quem cresceria, para onde, e quão depressa” (HERZOG, 2018: 201-202). Portugal se arvorava dono do espaço que Espanha também

⁵ Carta régia ao Governador do Maranhão Christovão da Costa Freire. 13 de Julho de 1710. (NABUCO, 1903: 25) (grifo meu).

⁶ Carta de Dom José a Mendonça Furtado de 14 de novembro de 1752 (MENDONÇA, 1963: 302).

considerava seu, o que tornava premente algum tipo de “ocupação”, nos moldes que se pensava à época e, nesse caso, a aproximação com os indígenas era imprescindível. Tem início, então, as tentativas de aldeamento, a estratégia para a ocupação lusa desse espaço (dentro de uma política recorrente não apenas para o vale do rio Branco), e para a compreensão das representações que foram sendo forjadas sobre os povos indígenas da região.

Nesse cenário, no bojo da tentativa de domínio português da região e, conseqüentemente, com os aldeamentos, há maiores informações na documentação administrativa portuguesa que, então, passa a ser mais constante, como mencionado anteriormente.

As primeiras informações podem ser encontradas nas instruções que começaram, desse modo, a ser repassadas àqueles que seriam os responsáveis por acessar o espaço e garantir, por conseguinte, a posse portuguesa da região. É assim que, só para citar dois exemplos, há a disposição estabelecida a Alexandre Rodrigues Ferreira que recebeu como instruções: “conciliar a amizade e aliança dos Índios naturais” (FERREIRA, 1994b [1786]: 98); e a recomendação a Lobo d’Almada que deveria, além de suas outras atribuições, “persuadir todas as Nações de Índios dali habitadores, afim de que venham descendo, e se estabeleçam naquelas novas Povoações...”⁷. Isso deixa claro que, dentre tantas incumbências recebidas para as suas viagens, a relação com os indígenas era capital e os aldeamentos premissa básica da ocupação.

Nas correspondências mantidas entre João Bernardes Borralho, comandante do forte São Joaquim, e João Pereira Caldas, encarregado das demarcações do Rio Negro e capitão-general, há muitas referências e informações sobre os aldeamentos da região. Nessas missivas, ficam claras as expectativas em relação aos indígenas e sobressai a necessidade tanto de que eles aceitassem de bom grado a “ajuda” portuguesa, quanto de que passassem a se aldear e a trazer contingentes expressivos para os aldeamentos. O que os colonizadores talvez não esperassem era a recusa indígena a essa “ajuda”, como

⁷ Instrução dada por João Pereira Caldas ao Coronel Manoel da Gama Lobo de Almada, 30 de Dezembro de 1786. (NABUCO, 1903: 224).

fica claro nas palavras que seguem, da lavra de Ribeiro de Sampaio: “parece que suspiravam aqueles índios pela nossa sujeição. Deram logo a conhecer quanto dependiam de nós” (SAMPAIO, 1872 [1777]: 251).

Como atesta a historiografia, houve considerável descompasso entre o otimismo de Ribeiro de Sampaio e o que efetivamente aconteceu nos aldeamentos do rio Branco.⁸ O processo de aldeamento não correspondeu às expectativas portuguesas, pois, devido às instabilidades em suas implantações, não chegaram a formar “núcleos de povoamento e, em decorrência, unidades autônomas de produção”, conforme constata Farage, enfatizando que, para tanto, teriam que ter como premissa “a sedentarização da população indígena e a organização da produção” (FARAGE, 1991: 137). Nem a sedentarização da população ocorreu, com as inúmeras fugas e rebeliões, tampouco a autossustentação, relacionada diretamente ao primeiro ponto, ou seja, à fixação nos aldeamentos.

Sobre essas questões, foi realizada uma intensa troca de cartas entre o citado Comandante da Fronteira do Rio Branco e da Fortaleza de São Joaquim e o encarregado das demarcações do Rio Negro. Nessas cartas pode-se observar o descompasso entre o que se pretendia e o que de fato se poderia conseguir, e como os indígenas se colocaram nesse cenário. O pano de fundo era a necessidade de aldear e de tirar dos aldeamentos sua autossustentação e, preferencialmente, que gerassem excedentes. O que se pode perceber é uma troca de cartas em que duas questões se revestem de grande importância: a das deserções, e a consequente necessidade de manter e de ampliar o contingente dos aldeamentos, e a já citada autossustentação.

Sobre a primeira, observa-se que era constante a chegada e também partida de indígenas nos aldeamentos, acarretando ter o comandante do forte a necessidade de estar reiteradamente a dar explicações sobre os episódios. Desse modo, às seguidas cobranças do capitão-general eram comuns as tentativas de respostas do comandante: “O Cadete Diretor do Lugar de São Felippe me dá

⁸ Os aldeamentos estão sendo trabalhados, nessa pesquisa, como um espaço privilegiado para as representações sobre os indígenas, no entanto, não serão abordados em profundidades. Para os interessados na questão ver: Farage (1991); Domingues (2000); Vieira (2007).

parte de se haverem ausentado daquele Lugar mais sete pessoas, por mais que se empenhe o meu cuidado na suavidade do seu comportamento, que nada contem a semelhante gente, que **só tem por costume ser inconstante**⁹.

Entre o que esperava o capitão-general e o que de fato conseguia o comandante, com todo “*cuidado*” e “*suavidade*”, havia os “*inconstantes*” indígenas e suas agendas que, por mais dificuldade que se tenha para acessá-las, pode-se ao menos perceber algumas questões. No caso específico dos aldeamentos estes nunca tiveram, no rio Branco, a estabilidade que esperava a Coroa Portuguesa. Os indígenas participaram desse processo se transferindo para os aldeamentos em algumas ocasiões, mas não tinham, obviamente, os mesmos interesses que os portugueses para com esses lugares. E, ao menor descontentamento, na visão do colonizador, voltavam para outros espaços, deixando os aldeamentos sem condições de subsistir e, a empresa portuguesa, em grandes dificuldades.

Inúmeras foram as táticas utilizadas nesse sentido, desde os retardamentos em comparecerem, o recurso a se ausentarem (SAMPAIO, 2003), até mesmo as fugas e deserções. Afinal, se portaram de várias formas, nesse intrincado jogo de estratégias e táticas próprias do período, que acarretou em inúmeras possibilidades acessadas por esses povos (*cf.* dentre os autores citados, GARCIA, 2007).

Assim, por mais “*cuidados*” que dispensassem os colonizadores para a consolidação dos aldeamentos, estes sempre foram instáveis e, ao que parece, os indígenas conseguiam burlar as expectativas portuguesas com promessas nem sempre cumpridas, como se depreende do seguinte documento:

A onze de Fevereiro voltaram os quatro índios da Nação Macuxi, que do projetado Lugar tinham ido a buscar mais gente, trouxeram unicamente mais três índios da mesma Nação, dizendo-me que por causa de moléstia em algumas das pessoas que sem duvida estão na resolução de descerem, fora unicamente o motivo de não fazerem naquela ocasião. O Principal daquela Nação subiu [?] do corrente na diligencia de conduzir a dita gente, apelo que todos mostram sem

⁹ Carta de João Bernardes Borralho, Comandante da Fronteira do Rio Branco e da Fortaleza de São Joaquim, a João Pereira Caldas, 9/08/1787. (FARAGE, 1986, Anexo 4, p. 67) (grifo meu).

embargo da sua natural inconstância, creio, que alguma coisa se conseguirá de **tantos prometimentos...**¹⁰.

Nesse trecho, como em outros documentos, fica patente tanto a estratégia insistente de cooptação dos colonizadores, quanto as táticas dos indígenas para postergar ao máximo os descimentos: as promessas destes últimos eram muitas vezes adiadas devido, entre outros motivos alegados por eles, a doenças, ao clima ou à necessidade de melhor organizarem os deslocamentos, que por vezes nunca aconteciam.

Entre as estratégias apresentadas pelos portugueses e as táticas desenvolvidas pelos indígenas percebemos outras semelhanças apresentadas por Certeau (1998) ao referir-se a colonização espanhola. De modo que, esses povos usaram de várias possibilidades, de várias táticas, para lidarem com essa nova situação que se lhes impunha e, conseqüentemente "usavam as leis, as práticas ou as representações que lhes eram impostas pela força ou pela sedução, para outros fins que não os dos conquistadores". Logo, "subvertiam-nas a partir de dentro – não rejeitando-as ou transformando-as (isso acontecia também), mas por cem maneiras de empregá-las a serviço de regras, costumes ou convicções estranhas à colonização da qual não podiam fugir". De maneira que conseguiam transformar "a ordem dominante: faziam-na funcionar em outro registro. Permaneciam outros, no interior do sistema que assimilavam e que os assimilava exteriormente" (CERTEAU, 1998: 94-95). No espaço compreendido pelo vale do rio Branco podemos perceber essas táticas, entre outras, nas inúmeras evasivas dos indígenas em atender os interesses de outrem.

A estratégia portuguesa, de que disponho de documentação mais expressiva, era a de aguardar e acreditar nas promessas; por vezes tentavam forçar esses acontecimentos, sobretudo quando relacionados a deserções, quando nem sempre se furtavam ao uso da violência.

Sobre a outra questão, ou seja, a autossustentação, a documentação também dá mostras do que se esperava e do que efetivamente se conseguia nos aldeamentos do rio Branco. Novamente manifesta-se o comandante do forte

¹⁰ Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_ACL_CU_020, Cx. 15/Doc. 557 (grifo meu).

solicitando a remessa de farinha devido às constantes fomes e às conseqüentes deserções, e à impaciência do capitão-general para quem não era admissível que os aldeamentos não pudessem se autossustentar.

A situação se apresentava mais ou menos assim: de um lado, ficava o comandante quase implorando ajuda e justificando a escassez de alimentos fosse com a lamúria de que “as terras não correspondem”, ou com as alegações dos constantes ataques de “bichos que deram nas manivas” ou do “grande rigor do Sol do referido ano”, enquanto, do outro lado, o capitão-general, sem paciência, exigia que os aldeamentos pudessem se manter.

O epíteto de “*inúteis comedores*” será uma constante nessa documentação, acabando por apresentar uma colocação já bastante comentada na historiografia: “Cinquenta alqueires de farinha, que acabam de chegar da parte superior deste Rio, vão agora **remetidos para esses inúteis comedores**, além de outros tantos que os dias passados havia já feito expedir”¹¹.

As expectativas em relação a essas “*preguiçosas e desmazeladas gentes*” não podiam ser diferentes, uma vez que o que se esperava de todos os vassallos do rei era que se portassem à semelhança dos portugueses. Assim, esperava-se que fossem capazes de preparar roças não apenas para se autossustentarem, mas também para contribuir com dízimos a Coroa. E, se não fosse para atender a esses objetivos previamente traçados e necessários para a consolidação portuguesa na região, “*pouco importará*” as deserções, visto que não havia “*nenhum proveito presente, nem esperança de o haver no futuro*”, como colocou Pereira Caldas, antevendo que estes aldeamentos nunca chegariam aos núcleos e futuras vilas, pretensão portuguesa para a região.

O caso deixa claro que se trata de um projeto previamente formulado, embora não acordado entre as partes, e que, diante das dificuldades impostas pela realidade, indubitavelmente necessitava passar por ajustes; também fica patente que nem sempre havia disposição para operacionalizar a superação dos problemas. Resultou, dessa situação, um conjunto de entraves derivados de

¹¹ Carta de João Pereira Caldas a João Bernardes Borralho, Comandante da Fronteira do Rio Branco e da Fortaleza de São Joaquim, 12/02/1788. (FARAGE, 1986, Anexo 4, p. 88) (grifo meu).

projetos diferentes, mantidos por sujeitos diferentes que, ademais, possuíam agendas diferentes. Conseqüentemente, criaram-se representações a partir dessas premissas, ou seja, “a percepção que tinham dos índios era de serem desprovidos de cultura prontos a assimilar todos os hábitos e costumes portugueses” (ALMEIDA, 1990: 131). Como não saiu a contento, era mais fácil estabelecer os inúmeros epítetos a que foram designados.

De outra perspectiva também cabe indagar: qual seriam as expectativas dos indígenas para com os aldeamentos? Para responder é preciso iniciar lembrando que as promessas de descimentos anunciavam que aqueles que aderissem viveriam em fartura, com abundância de farinha, como asseverou Sampaio, na seguinte passagem: “...cuidarão muito os Diretores em praticar os Principais a que vão fazer os Descimentos sendo certo que **não hão de faltar o prêmio, para os descidos**, na Fazenda Real” (SAMPAIO, 1907 [1777]: 89).

Apesar das promessas e das expectativas o que ocorreu, de fato, foi a fome ser uma constante nos aldeamentos do rio Branco. De igual modo, por certo os indígenas também não esperavam que fossem trabalhar em demasia, em lugares que consideravam inadequados e em atividades que não eram nada usuais em suas culturas.

Sobre os lugares escolhidos para os aldeamentos percebem-se constantes reclamações, tendo em vista que nem sempre os espaços considerados adequados pelos indígenas eram os mesmos de interesse para os portugueses. Em alguns casos essas reclamações eram atendidas, com mudanças de lugares para o feitiço das roças, embora pudessem demorar muito tempo a ser confirmada, visto a necessidade de autorização do Conselho Ultramarino, que poderia envolver longo tempo de espera. Em outras ocasiões, os principais não eram atendidos, visto que a escolha dos lugares para os aldeamentos fazia parte das estratégias de ocupação portuguesa na região, estratégias essas estabelecidas a milhares de quilômetros de onde efetivamente se davam os aldeamentos.

Quanto às atividades que se esperava serem praticadas por essa população, recorro a Ângela Domingues que discorre sobre como eram

utilizados em diversos serviços, sobretudo na agricultura e como remeiros. Esses trabalhos e “o confronto entre os hábitos e as tradições ancestrais que eram as suas (...) foram os principais motivos de revoltas que levaram a deserções, ao assassinato de soldados, ao incêndio ou ao abandono de povoações” (DOMINGUES, 1991: 54).

De maneira que, ao serem levados para os aldeamentos com base em determinadas promessas, os indígenas acabaram se deparando com situações bastante adversas: os locais das roças não eram os que eles consideravam ser os mais adequados, uma vez que eram definidos pelos portugueses com base em suas estratégias de ocupação e não a partir dos interesses indígenas; tampouco os indígenas esperavam ter de se enquadrar ao modo de produção português, o único que se supunha poderia atingir os objetivos dos aldeamentos. Essa condição provocava mudanças incompatíveis com a forma e a estrutura do trabalho indígena. Daí se observa, mais uma vez, que se tratava de projetos diferentes, com atores diferentes e, como não poderia deixar de ser, com perspectivas nem sempre convergentes.

Com relação aos usos abusivos da mão de obra recorro a ninguém menos do que o futuro governador Manoel Gama Lobo de Almada, que recomendava acerca da necessidade de se mudar o método que se praticava até então para a colonização da região, sobretudo com relação aos indígenas: “é necessário persuadi-los das vantagens de nossa amizade; sustentá-los, vesti-los, não os fatigar querendo deles mais serviços do que eles podem; e fazer-lhes pagar prontamente, e sem usura, o que lhes promete...” (ALMADA, 1861 [1787]: 679).

Reconhecia, o futuro governador, que o tratamento dispensado aos indígenas estava longe de ser adequado, de modo a acarretar muitos prejuízos a Coroa. Assim, afirmava: “se eu não tivera tanto em vista fugir do estilo de declamação a cada artigo em que falasse dos índios, eu **gritaria contra a moral que se pratica com eles**. Eu bem sei que os índios em geral, são preguiçosos, inconstantes, e fracos; mas com esses defeitos, e ainda com outros, eles servem de muito, eles são nossos irmãos” (ALMADA, 1861 [1787]: 665-666).

Estava ciente da necessidade dos indígenas para o projeto colonial português e, como “*eles servem de muito*”, precisam ser melhor tratados, o que nem sempre era possível, nem mesmo para Lobo de Almada, visto que, em outros momentos, apresentava um discurso divergente.

Eis a difícil conciliação de pensamentos e necessidades, somada com as dificuldades inerentes a grande empreitada que era a presença portuguesa no extremo norte do Brasil e aquilo que efetivamente pensavam os portugueses sobre os indígenas.

Em verdade, para Domingues, “até por uma questão de orgulho nacional, a humanidade dos índios era afirmada oficialmente, mas oficiosamente e para uso interno do país a ideia da bestialidade, da fereza, ou seja, da animalidade dos índios, era usual” (DOMINGUES, 2000: 321). De modo que, mesmo que se afirmasse que “*eles são nossos irmãos*”, tratavam-se de pessoas diferentes, que jamais se adaptariam ao que esperavam deles os luso-brasileiros, como se pode perceber na seguinte afirmação de Alexandre Rodrigues Ferreira:

para desgostar-se um índio destes qualquer coisa basta, e sobeja; basta que o diretor o advirta... basta que o vigário o admoeste da obrigação... e basta enfim, que lá de si para si chegue a desconfiar de uma ação, ou de um dito, que ele não entende; ao que tudo acresce, que se chega a ver, que adocece ou morre algum dos companheiros, desconfia então do lugar da povoação, desconfia da qualidade do sustento, desconfia dos remédios... Em termos semelhantes está mostrado a experiência, que nem com tê-los mui mimosos, e ainda mais guardados que bichos de seda, nem por isso mudam de conduta; **quanto a mim são galos do campo, que por mais milho que se lhes deite, com dificuldade se habitam às capoeiras** (FERREIRA, 2007: 71).

Basta que não sigam rigorosamente os ditames do colonizador, basta que continuem querendo levar a vida que levavam, basta que não aceitem as imposições dos aldeamentos, tanto dos administradores quanto dos párocos, basta que não aceitem, por fim, mudarem radicalmente o modo em que viviam que, mais uma vez citando Lobo de Almada, “aonde eles, a seu modo, **vivem com mais comodidade do que entre nós**” (ALMADA, 1861 [1787]: 679-680).

Se eles viviam “*com mais comodidade do que entre nós*” por que iriam querer mudar e viver de acordo com o que os “outros” achavam correto? Daí o descompasso entre as estratégias necessárias para garantir a realização da política portuguesa para a região e a não menos necessária conversão dos “*gentios*”. E, como consequência, as representações que foram sendo construídas e solidificadas devido a essa divergência de percepções acerca do outro.

Críticas foram feitas, como demonstrado, por importantes funcionários da Coroa, como ocorreu com Lobo de Almada. Ademais, outros documentos também dão conta da mesma situação. A título de exemplo cito apenas dois casos. A primeira no documento, “*Memoria sobre os hímens (sic) selvagens da America Meridional que serve de introdução a viagem de Antonio Pires da Silva Pontes Leme. Ano de 1792*”; trata-se, ao que parece, de um pronunciamento a Academia Real de Ciências, no qual afirma o autor, que esteve na região do rio Branco:

... estes e outros muitos assuntos serão o objeto de [*ilegível*] Memórias Particulares, sendo sempre de todas o interesse que deve fazer a causa da Humanidade na ignorância e desamparo dos Índios silvestres, que se acham ainda no estado em que o Pe. Vieira os descreveu com elegância [*ilegível*] de seu estilo, seja-me lícito usar das palavras daquele texto, quando fala das Povoações dos Índios, que hoje se acham e pela capacidade [?] dos Diretores, pela mal entendida liberalidade dos Governadores, pela bruteza artificial enquanto os criam e mais miseráveis do que o Pe. Vieira os deixou...¹²

O segundo documento a corroborar a situação foi produzido pelo Frei Caetano Brandão e trata dos “obstáculos as produções” no estado do Pará. Para esse frei, os índios, que eram mais próprios ao trabalho, “tanto por serem nacionais, como por parecerem formados somente para o trabalho do corpo, vão

¹² Academia de Ciências de Lisboa, ACL, Manuscrito Série Azul, Códice 17 (37), p. 376.

cada dia em uma diminuição pasmosa, contribuiu para isto diferentes causas, das quais a principal é a inobservância do Diretório.”¹³

Havia, assim, muitas críticas na documentação ao tratamento dispensado aos indígenas nessa região. A crítica ao Diretório¹⁴ e as ações dos Diretores não era de todo excepcional e pode ser observada em vários momentos. No entanto, sempre como pano de fundo estava a necessidade de se organizarem as povoações e dos indígenas se adaptarem ao trabalho que deles se esperava. Ou seja, se há uma crítica quer ao Diretório, quer à inobservância deste, há também a expectativa para com a mão de obra indígena, afinal esses foram “*formados somente para o trabalho do corpo*” e assim deveriam proceder, não ficando muito claro para os luso-brasileiros o porquê de não agirem conforme as expectativas.

O mesmo Frei Brandão também critica as Comissões de Demarcação, no que iria chamar de “*flagelo da Demarcação*”, tendo em vista que, não fosse por esse motivo, “poderia contribuir muito a opulência não só deste lugar, mas de todo o Estado. Chamei flagelo à Demarcação, por que na verdade o é, singularmente para esta capitania: só da Villa de Moura disse o Diretor que anda (?) vão 160 e tantos homens no Real serviço”¹⁵.

Além dos aldeamentos e das significativas mudanças nas vidas dos indígenas, ainda havia a “requisição” para as Comissões de Demarcações e outras viagens que acabavam por “empregar” um contingente considerável e que fazia falta, por certo, em outras atividades. Sobre esse tema apresento algumas considerações. A primeira é quanto as constantes fugas dos índios remeiros, motivo de grande inquietação para as comissões. Há inúmeros documentos queixando-se dessas fugas e, conseqüentemente, solicitando mais

¹³ Academia de Ciências de Lisboa, ACL, Códice 477, Relação das Quatro Visitas que fez no Gram Pará D. Fr. Caetano Brandão Bispo do M^{mo} Estado Depois Arcebispo de Braga. Dividido em Quatro Diários Pela Ordem das Visitações. Braga. Ano de MDCCXCIX, p. 40-41.

¹⁴ Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão. Legislação de 1757, também conhecido como Diretório dos Índios, normatizou toda uma política relacionada aos indígenas com objetivo de torná-los súditos e “veículos da colonização portuguesa no Norte do Brasil” (DOMINGUES, 2000: 68).

¹⁵ Academia de Ciências de Lisboa, ACL, Códice 477, p. 119v.

braços para poderem continuar as viagens. A título de exemplo cito apenas um, da expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira:

...Estudar, observar, e fazer experiências, em toda a parte do mundo Literário supõem não somente o talento, mas também o sossego e as comodidades (...) a vida que paço, é a de uma guerra viva; não com os gentios, porque essa que me fazem de alguma forma se evita, mas com os Índios domésticos, para os eu ter e levar presos, nem eles presos trabalham, nem eu para tanto me considero autorizado; para os confiar aos cuidados das sentinelas muitas mais Praças do que trazia pelo Rio dos Uaupés, o Sr. Governador Manoel da Gama, e tanto os Índios como as mesmas sentinelas o desamparam aos termos, que todos vimos, e nos lastimamos...¹⁶

O trabalho forçado como remeiros, nas constantes viagens que no último quartel do século XVIII aconteceram no rio Branco, foram de tal forma traumáticos para os indígenas que, numa das revoltas acontecidas na região, assim relata Alexandre Rodrigues Ferreira: “tanto era o ódio que eles haviam concebido aos soldados, que nem depois de caídos, lhes perdoarão. Ao soldado Joseph Pr^a que antecedente servia de Cabo da Canoa, e que maltratava muitos nas viagens, tiranizaram, repetindo-lhe as palavras... puxa, puxa... que ele costumava dizer lhes, quando os fustigava para remarem” (FERREIRA, 1994b [1786]: 119).

Por outro lado, foram justamente pelos trabalhos realizados como remeiros e guias que se podem encontrar os maiores elogios aos indígenas. E isso em diversos autores e tempos. Para citar apenas dois casos, relativos ao século XVIII, menciono La Condamine que, por certo, não era de tecer muitos elogios aos indígenas: “mas eu era sempre repellido pela violência da corrente para o fundo da enseada, donde só consegui sair pela perícia de quatro índios que eu havia conservado com uma pequena canoa, para uma eventualidade” (LA CONDAMINE, 2000 [1743-1744]: 54). E, o próprio Alexandre Rodrigues Ferreira: “um preto para uma diligência ao mato é menos ágil que um gentio, assim também para o serviço das canoas e em tudo que se relacione ao pescar, nadar, remar pelos rios, ele não tem a sua esperteza.” (FERREIRA, 1972: 83).

¹⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ANTT. Projecto Reencontro, Microfilme 120, Documento 763, 1788, 11, 09.

Parto da proposição de que, ao chegarem em terras brasileiras, os portugueses e demais europeus vinham imbuído de “certezas” que aqui só se faziam “confirmarem”. Com base em leituras prévias e do “conhecimento” que já dispunham sobre os povos ameríndios nada mais fizeram do que colocar em prática suas impressões. De modo que, se o indígena já era, “por natureza”, selvagem, bárbaro, inconstante, preguiçoso, apenas para usarmos as expressões mais usuais, nada os fariam mudar de opinião, mesmo quando a “realidade” apontava para outras possibilidades.

Nos escritos em que discute a concepção ocidental sobre o Oriente, essa questão foi posta por Said (2007) nos seguintes termos: “parece uma falha humana comum preferir a autoridade esquemática de um texto à desorientação dos encontros diretos com o humano” (SAID, 2007: 141). Assim, tanto os orientalistas trabalhados por Said quanto os agentes portugueses de que aqui estou tratando, ao que parece, não se rendiam ao que vivenciavam no cotidiano de suas experiências, senão ao que anteriormente concebiam como posto e assente. De modo que, “a ideia (...) é que as pessoas, os lugares e as experiências sempre podem ser descritos por um livro, tanto assim que o livro (ou texto) adquire autoridade e uso até maior do que a realidade que descreve” (SAID, 2007: 141).

É assim que Alexandre Rodrigues Ferreira produziu suas apreciações sobre os indígenas, mesmo que também tenha levado em consideração o trabalho de dois que o acompanhavam em sua viagem, José da Silva e Cipriano de Sousa, solicitando que fossem promovidos ao posto de alferes “... e isto em **razão de se terem distinguido** não somente em um novo gênero de serviço que tão diferente há do que fazem os Índios remeiros das Canoas, mas também **na mesma conduta e constância no trabalho...**”¹⁷.

Mesmo essas duas pessoas tendo se distinguido em um trabalho com o qual não estavam habituados e, por isso, merecessem uma justa recompensa, segue o autor afirmando suas mazelas no convívio com os indígenas: “...que

¹⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ANTT, Projecto Reencontro, Microfilme 120, Documento 763, 1788, 11, 09 (grifo meu).

concorrem outras luzes e desembaraços, que eu certamente não tenho, para **governar homens incapazes de governo**: tais são os Índios; pois que nem força, nem jeito algum é bastante para os conter...”¹⁸.

Continua-se, assim, nas contradições. São bons a ponto de merecerem uma promoção em virtude de realizarem de forma esmerada um serviço ao qual não estavam habituados, mas são inconstantes, pois ingovernáveis.

Outro epíteto que apareceu ainda nas primeiras narrativas sobre os indígenas das Américas foi o de ladrões. É assim que aparecem nas narrativas de Colombo, analisadas por Todorov (2010):

...‘Alguns índios que o Almirante tinha trazido de Isabela entraram nas cabanas (que pertenciam aos índios locais) e serviram-se de tudo o que era do seu agrado; os proprietários não deram o menor sinal de aborrecimento, como se tudo que possuíssem fosse propriedade comum. Os indígenas, achando que tínhamos o mesmo costume, no início pegaram dos cristãos tudo o que era do seu agrado; mas notaram seu erro rapidamente’. Colombo, nesse momento, esquece sua própria impressão, e declara logo depois que os índios, longe de serem generosos, são todos ladrões (TODOROV, 2010: 54-55).

Nesse modo de configurar, o indígena continuou sendo designado por outro adjetivo substantivado de valor pejorativo. Entretanto, apesar da constância dessa atitude, alguns viajantes assumiram posturas contrárias a essa de configurar o indígena, tal o caso de Agassiz, como se percebe na seguinte passagem: “o roubo não é um vício da raça; pelo contrário, aquele mesmo índio que abandona o teto do amigo que o criou e educou, é muito capaz de deixar atrás de si todas as roupas, exceto a que veste, bem como todos os presentes que recebeu.” (AGASSIZ, 1975 [1865-1866]: 226). O mesmo ocorreu numa das primeiras narrativas que se tem conhecimento para essa região específica do rio Branco:

No Rio Parima no qual venho (?), 2 dias depois minha entrada está um monte o qual tem um grade lago por cima, o qual fui ver e achei peixe no dito lago, de mesmo sorte como estão no mesmo Rio, mais a água é preta no lago, e no Rio branca e depois de ter ainda andada 15 dias o Rio abaixo,

¹⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ANTT, Projecto Reencontro, Microfilme 121, Documento 719, 1787, 07, 08 (grifo meu).

cheguei a 10 de Julho no Rio Negro, na Aldeia de Aracari. E depois de ter passado tantos perigos e trabalhos de mar (?) e índios bravos, dos quais dos Parahans até ao entrado no Rio Branco todos os Rios estão semeados, foi roubado e furtado de um Fr. do Carmo Missionário da dito Aldeia etc. (HORTSMAN, 1903 [1739-1740]: 14).

Ao empreender um dos primeiros deslocamentos de um não-indígena, em que legou uma narrativa que chegou até nós, entre a atual Guiana e o rio Negro, via rio Branco, Nicola Hortsman, mesmo tendo convivido com “*índios bravos*” foi “*roubado e furtado*” por um frei. Fato que, por certo, não tem tanta relevância, visto que o problema era quando realizado por um indígena, de forma a confirmar o que previamente se “sabia” de seu caráter.

E assim se consolidou na documentação uma contradição em relação ao que se escrevia sobre os indígenas da região, contradição esta que percebemos nas passagens acima citadas e nos inúmeros adjetivos colhidos por Ângela Domingues em suas pesquisas sobre o tema em questão: “dóceis, hábeis, infelizes, pobríssimos, miseráveis, ignorantes, rústicos; vassalos, súbditos, gentios, bravos, pacíficos; preguiçosos, sediciosos, insolentes, assassinos, malévolos, ferozes, cruéis, desumanos, insignificantes, venais, inconstantes e bárbaros” (DOMINGUES, 2000: 322-323).

No entanto, a contradição era relativa. Havia uma contradição relacionada aos adjetivos, bons, maus, etc. Porém, não havia contradição sobre o que se esperava dessa população, que deveria ser convertida ao cristianismo, aceitando-o como a única possibilidade de se tornar “civilizada”, bem como adotando costumes dos brancos e, nesse caso, o trabalho era uma premissa. Mesmo que os “brancos”, por vezes não o quisessem para si, como ironicamente demonstrou Frei Caetano Brandão:

Verdadeiramente se pode dizer que o Estado do Pará é uma situação disposta pela Natureza com todas as comodidades para vir a ser o jardim mais belo do mundo, somente se precisa de braços para pôr em movimento os ressortes (?) da mesma natureza, e tirar os obstáculos as produções: porém esta é a grande falta que se lastima, e cada dia mais: porque **os brancos que vem do Reino, sejam da mais baixa ordem, e que lá na Europa costumam ganhar a vida varrendo as ruas, e carregando potes; apenas desembarcam revestem não sei que sentimento de**

elevação: não disse bem, ficam logo feridos do contágio geral do país, que é um espírito de desolação de preguiça e desmazelo que arruína tudo¹⁹.

Nesse caso não há contradição. Há sim, uma imposição de valores e os indígenas seriam dignos se os adotassem, logo, selvagens, bárbaros, inconstantes, venais etc., caso não os adotassem, pois, o que se pretendia era que se comportassem como vassalos para a garantia da posse das terras e como mão de obra necessária a empreitada colonial portuguesa na região. Partindo de uma argumentação consolidada, a necessidade de “civilizar” esses indígenas, a única contradição era a de esses não participarem a contento do projeto previamente instituído.

Infelizmente, muitas dessas questões continuam fazendo parte do cotidiano, sobretudo em espaços de forte presença indígena, como o atual estado de Roraima. A luta, e a consequente demarcação/homologação de Terras Indígenas, continua sendo uma batalha diária. E a representação como “selvagens” e “preguiçosos” também continua sendo usual para muitas pessoas, vide a pesquisa apresentada no início desse texto.

Considerações Finais

Em que pese às mudanças, que não foram poucas, em grande parte advindas do protagonismo indígena que, em Roraima, pode ser percebido, entre outras formas, na grande articulação política que detêm na atualidade e a consequente homologação de suas terras, ainda é perceptível certa representação a esses povos, como demonstrou a pesquisa citada no início desse artigo, e derivante preconceito. Citarei apenas um caso, de inúmeros que poderiam ser descritos, por ter acontecido no espaço da universidade.

Em dezembro de 2015, no restaurante universitário da Universidade Federal de Roraima, UFRR, segundo relatado no jornal local, Folha de Boa

¹⁹ Academia de Ciências de Lisboa, ACL, Códice 477, Relação das Quatro Visitas que fez no Gram Pará D. Fr. Caetano Brandão Bispo do M^{mo} Estado Depois Arcebispo de Braga. Dividido em Quatro Diários Pela Ordem das Visitações. Braga. Ano de MDCCXCIX, p. 40.

Vista (09/01/2016), ao entrarem os alunos do Instituto Insikiran²⁰ no referido restaurante, “foram hostilizados por um grupo de alunos não indígenas que proferiram em voz alta palavras ofensivas e depreciativas, discriminando-os pela maneira de comer, de vestir e pela aparência física”. Ainda de acordo com o jornal, segundo um dos estudantes, “eles se retiraram da mesa e disseram que não se misturam com índios”.

De maneira que ainda há muito que se fazer para que tenhamos uma outra representação desses povos, para que tenhamos, de fato, um (re)conhecimento dessa população. Como se expressou Pacheco de Oliveira, ao comentar sobre a história ainda escrita e ensinada, “é imprescindível implodir essa narrativa, anular os seus efeitos de verdade e instruir outra chave de leitura da história do país” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016: 46). O protagonismo indígena, o aumento das pesquisas sobre esses povos e a promulgação da Lei 11.645/2008²¹ são passos importantes.

Nesse texto procurei mostrar como as representações foram sendo construídas e engendradas e a que interesses estavam servindo. A pretensão foi a de demonstrar a política portuguesa para a região do rio Branco na segunda metade do século XVIII e o papel que se esperava dos povos indígenas na região. E, uma vez não correspondendo aos interesses previamente estabelecidos, foi muito mais adequado taxá-los de “inúteis”.

Referências

AGASSIZ, L.; AGASSIZ, E. C. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

ALMADA, M. da G. L. Descrição relativa ao rio Branco e seu território. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, Tomo XXIV, n. 4, p. 617-683, 1861.

ALMEIDA, M. R. C. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37, n. 75, p. 17-38, 2017.

²⁰ O Instituto Insikiran foi criado em 2001 com o objetivo de ser um espaço na UFRR para atender as demandas indígenas por ensino superior. Atualmente conta com três cursos, específicos e exclusivos para esses povos: Licenciatura Intercultural, Gestão Territorial e Gestão em Saúde Coletiva.

²¹ Lei que torna obrigatório o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena.

ALMEIDA, M. R. C. Os vassallos d'el Rey nos confins da Amazônia: a colonização da Amazônia Ocidental. 302f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 1990.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DOMINGUES, A. *Quando os índios eram vassallos*. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: Comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2000.

DOMINGUES, A. As sociedades e as culturas indígenas face à expansão territorial luso-brasileira na segunda metade do século XVIII. In: *Brasil: nas vésperas do mundo moderno*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1992.

DOMINGUES, A. *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*. Lisboa: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991.

FARAGE, N. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. 364f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - UNICAMP, Campinas, 1986.

FARAGE, N. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FERREIRA, A. R. *Vigem Filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Memórias: Zoologia. Botânica. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

FERREIRA, A. R. Diário do Rio Branco [1786]. In: AMOROSO, M.; FARAGE, N. *Relatos da fronteira amazônica no século XVIII*. São Paulo: NHII/USP; FAPESP, 1994a.

FERREIRA, A. R. Tratado Histórico do Rio Branco [1786]. In: AMOROSO, M.; FARAGE, N. *Relatos da fronteira amazônica no século XVIII*. São Paulo: NHII/USP; FAPESP, 1994b.

FERREIRA, A. R. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. 2 ed. Manaus: EDUA; INPA, 2007.

FOLHA DE BOA VISTA. Disponível em www.folhabv.com.br. Acessado em 16 de junho de 2016.

GARCIA, E. F. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. 319f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2007.

HERZOG, T. *Fronteiras da posse: Portugal e Espanha na Europa e na América*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.

HORTSMAN, N. Extrait du Journal de Nicolas Hortsman, Chirurgien d'Hildesheim, en Weslphalie, venu du Rio Esséquibo sur la côte de Surinam au Pará par le Rio Negro, écrit en mauvais portugais et de sa main. In: *Question des Limites du Brésil et de la Guyane Anglaise*. Atlas accompagnant le Premier Mémoire du Brésil. Paris: Ducourtioux et Huillard, 1903.

LA CONDAMINE, C. M. *Viagem na América Meridional, descendo o rio das Amazonas*. Brasília: Senado Federal, 2000.

LIMA, A. C. S.; CATILHO, S. R. R. Povos indígenas, preconceito e ativismo político. In: VENTURI, G.; BOKANY, V. (Orgs.). *Indígenas no Brasil: demanda dos povos e percepções da opinião pública*. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

MENDONÇA, M. C. *A Amazônia na era Pombalina*. 1º Tomo. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963.

MONTEIRO, J. M. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. 233f. Tese (Livre Docência). UNICAMP, Campinas, 2001.

NABUCO, J. *Annexes de premier mémoire du Brésil*. Vol. 1. Documents d'origine portugaise. 1903.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. *O nascimento do Brasil e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PESTANA DA SILVA, A. J. Meios de dirigir o governo temporal dos índios. In: SAMPAIO, P. M. Olhos e ouvidos do rei: ouvidor Pestana da Silva e os índios do Grão-Pará, século XVIII. *Amazônia em Cadernos*, Manaus, vol. 7/8, p. 263-379, 2007.

SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAMPAIO, F. X. R. de. Appendice ao Diario da Viagem que em vizita, e correição das Povoações da Capitania de S. José do Rio Negro fez o Ouvidor e Intendente Geral da mesma, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio no anno de 1774-75. Bibliotheca e Archivo Publico do Pará, Tomo Sexto, 1907, Pará. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*. Pará: Typ. e Encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1907.

SAMPAIO, P. M. Caminhos da justiça: poder e política na Amazônia Portuguesa do século XVIII. Simpósio Nacional de História, 22., 2003, João Pessoa. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História. João Pessoa: ANPUH, 2003. CD-ROM.

SERRA, F. de A.; PONTES, A. P. *Cópia do diário que ao mesmo tempo fez o Capitão Ricardo Franco d'Almeida Serra com o Dr. Antonio Pires Pontes pelo Rio Branco, que desagua no Rio Negro, e por outros que constará este Diário, 1781*. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin - PRCEU/USP, 1841.

TODOROV, T. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

VENTURI, G.; BOKANY, V. (Orgs.). *Índigenas no Brasil: demanda dos povos e percepções da opinião pública*. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

VIEIRA, J. G. *Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2007

Recebido em: 25 de setembro de 2019

Aceito em: 20 de abril de 2020